

## **Práticas “psi” e cárcere: recolhendo efeitos de uma intervenção na prisão**

Psychological practices and the carceral: discussing the effects of an intervention in a state penitentiary unit

Fabrcio Martins Pinto; Isis Hoffmann Prates; Maria Elizabeth Barros de Barros; Ramon Pinto Valim; Tuhany de Oliveira Sabino

Universidade Federal do Espírito Santo

---

### **RESUMO:**

O artigo apresenta uma experiência de intervenção, realizada por um grupo de trabalho do curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, em uma unidade penitenciária estadual. Essa intervenção envolveu dez encontros com detentos da instituição e reuniões com o profissional psicólogo da unidade, nos quais se realizavam grupos com o objetivo de trabalhar a experiência do cárcere e seus atravessamentos. Para tanto, contava-se com a criação de dispositivos que disparassem um debate entre os envolvidos. O texto, elaborado em seções, narra parte desse processo, trazendo elementos teóricos e reportando-se a situações decorridas. Busca-se tecer análises da prisão, da punição, dos efeitos da intervenção, problematizando as possibilidades e limites de práticas “psi” nessa trama.

**Palavras chave:** intervenção; prisão; práticas “psi”

---

### **ABSTRACT:**

This article presents an experience of intervention, done by a working group from the Psychology program at the Federal University of Espírito Santo (UFES), in a state penitentiary unit. The intervention was composed of ten meetings with inmates and meetings with the institution's professional psychologist, with the objective of discussing the experience of incarceration in its different dimensions. To achieve this goal, debate inducing devices were created and put to work in the meetings. The present text, developed in sections, narrates part of this process, combining theoretical elements and the concrete experiences that took place in the field. This work seeks to weave an analysis of the prison system, the punishment practices and the effects of the intervention, contributing to discussions regarding the possibilities and limitations of psychological practices in this scenario.

**Key-words:** intervention; prison; psychological practices.

---

## **Introdução**

Era o ano de 2014, durante a graduação em psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quando propusemo-nos o desafio de fazer alguma intervenção na prisão. A proposta de trabalho emergiu a partir de debates com o abolicionismo penal, de maneira que ansiávamos por entrar em contato com a dinâmica institucional que envolve a experiência do cárcere, seus limites e possíveis. Portanto, na oportunidade de um estágio curricular, sem prever o que faríamos, e ausente qualquer encomenda, solicitamos à Secretaria Estadual de Justiça nossa participação em uma das unidades penitenciárias capixabas. Nesse espaço, como proposta do estágio e parte do trabalho, vivenciaríamos o cotidiano institucional, acompanhando as atividades do profissional psicólogo, pondo em cena algumas ações. De certa maneira, foi isso que aconteceu, mas apenas em parte: a experiência produziu inúmeros deslocamentos, problematizações, e as intervenções dispararam processos imprevisíveis – é disso que aqui trataremos.

Se efetivamente não houve encomenda de intervenção por parte da instituição, havia uma certa disposição do sistema penitenciário em acolher a proposta de trabalho na ocasião – aceitação que não foi encontrada em alguns serviços de saúde e assistência social capixabas. E imprescindível foi questionar por que intentávamos a prisão, tanto quanto por que essa se mostrava disponível. Intentávamos ser desconcertados pelo contato com a expressão máxima e não dissimulada da racionalidade punitiva: a prisão e o preso que experiencia o cárcere. Esse contato produz uma mudança de perspectiva que exige, de quem vive essa experiência, que fale por si<sup>1</sup>. De outro lado, a disponibilidade e a aceitação pronta de nossa entrada na prisão era azeitada pelos reformismos recentes das unidades penitenciárias capixabas, conforme mencionaremos adiante.

Tendo anunciado alguns elementos do que foi esse trabalho na prisão em nossa formação, uma questão sobrevém: como narrar tal experiência? Tenhamos certo que não faremos um relato, no sentido estrito de que se seja fidedigno aos fatos ocorridos, e isso não faremos por entendermos ser improcedente. O processo vivenciado, tão certo quanto o tempo não retrocede, em si está perdido, e a memória que dele compomos – inclusive ao registrá-la em texto – não pretende ser fiel. Mas é produção sobre o que vivemos, trazido à atualidade impregnado já por outras marcas. Isso, por um lado, nos libera dos compromissos firmados pela relação mimética entre o que nos pomos a dizer e o que vivenciamos outrora. Mas cabe ressaltar que empenhamos nessa atividade o uso

de nossos diários de campo como pesquisadores. Durante o processo de intervenção, registros sobre situações, indagações, palavras e imagens foram feitos a nosso modo, e apoiamos-nos nessas parciais para compor o presente texto.

Está em jogo, no procedimento do que se escreve, um traço de narração. É que pela narrativa, o narrador tira da experiência o que ele conta, onde metade da arte de narrar está, a princípio, em evitar explicações, esquecendo-se de si mesmo para reencontrar sua história num outro sentido (BENJAMIN, 1980). Dessa maneira, note-se que por mais longínqua que pareça ser uma articulação ou divagação teórica, ela estará inteiramente atravessada, e nela encontraremos a vivência na prisão – sem reduzir uma à outra. E se tudo o que traremos aqui se apoia na experiência de 2014, também é certo que não temos a certeza de se exatamente assim ocorreu. Mas esse não é mais o mérito da questão, porque admitir a produção e a inventividade não implica também que não sejam lembranças pertinentes e que não cumpram efeitos éticos. O que queremos, ao compartilhar esses acontecimentos, é possibilitar o estranhamento e a contradição do que se considera dado natural, e isso é condição para um exercício de pensamento sobre nós mesmos e a efetuação política de nossos modos de vida. E então, com qual a prisão nos deparamos? É certo que uma sociedade punitiva aprimora suas tecnologias, de maneira que a prisão não está alheia às mudanças da história – a prisão compõe uma história.

### **Moldes e modulações**

Até fins do século XVIII, a punição era um macabro espetáculo no qual, por um carrasco, a um condenado se infligia um suplício em nome do rei ou do poder do soberano (FOUCAULT, 1987). Aos poucos, a festa punitiva do suplício vai se extinguindo pela Europa, e a punição passa a tomar forma mais racional, econômica, útil e discreta: de um poder monárquico codificado que pune, dá-se abertura para um poder punitivo e disciplinar de vigiar e, deixada de lado a cerimônia do suplício, na modernidade inventa-se a prisão. No final do século XVIII e até princípios do século XIX dispersa-se pelo Ocidente a penalidade de detenção, que logo seria consagrada pela lei como a pena por excelência. Esse reformismo da estratégia para o exercício do poder de castigar, distante de punir menos, era uma estratégia de “[...] punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e

necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir” (FOUCAULT, 1987: 69-70).

A instituição prisão era – e persevera sendo – a atualização e a institucionalização maior do poder de punir, que atravessava – e atravessa – a sociedade nas diversas esferas, dos tribunais à pedagogia familiar, configurando-se assim o que Foucault nomeia como sociedade disciplinar<sup>2</sup>. Então rejam os verbos: o que pune, o que encontra para uma determinada conduta um equivalente moral, pune alguém ou alguma coisa, inflige a pena e a retaliação a um outro. E o que estava sob ameaça de punição eram as vidas e as condutas desviantes da norma, enunciando que não se pode roubar numa sociedade de proprietários, ferir um corpo útil ao capitalismo ou macular o Estado em qualquer de suas esferas. Isso, sob pena de privação de liberdade, ainda que variasse a punição de acordo com a importância relativa dos delitos. Ante essa lógica, visava-se uma disciplinarização: estavam excluídos os perniciosos à estrutura social e os desviantes. Pelas práticas punitivas, disciplinares e sua função ortopédica, no espaço exclusivo da prisão, talvez esses corpos fora do eixo viessem a ser conformados. Mas se persistisse a inconformidade, que ficassem por lá excluídos, para que os demais da sociedade soubessem que os indisciplinados por lá estão.

A dinâmica da prisão como espaço de exclusão, punitivo e com propostas disciplinares, além de rígida, se propunha, desde a modernidade, a ser fragmentada para fragmentar. Era – e é – um estabelecimento projetado de forma esquadrihada, com pavilhões independentes, celas, panópticos, punição, vigilantes, agentes e inspetores, punição, cronologias bem marcadas, horários racionalmente distribuídos, punição, obrigаторiedades, punição, solidão, clausura, exame de consciência, punição, trabalho, trabalho como forma de punição, laborterapia, respeito, boa conduta, movimentos previsíveis e regulares – tudo exercitado no seu modo de funcionar, com uma tecnologia de proposta corretiva. E se, além da gestão da anormalidade e do fracasso funcional<sup>3</sup> na manutenção de vidas marginais, a prisão conseguisse efetivar a correção, o que se teria como produto seria “[...] o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, [restituindo-se] uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele.” (FOUCAULT, 1987: 106). Temos, assim, o projeto de introjeção de um carcereiro das próprias condutas como um desdobramento da experiência do cárcere.

De meados do século XX em diante, quando ocorre uma série de deslocamentos, a prisão, não à parte nesse processo, também se redimensiona. Se o recorte que

trouxemos do trabalho de Michel Foucault explora as tecnologias de poder que incidem sobre a vida na sociedade disciplinar, no último século podemos perceber pungentes mudanças, concomitantes às tecnologias disciplinares. O cenário contemporâneo, que compõe essas mudanças, Deleuze (1992) conceitua, a partir de formulações de Foucault, como sociedade de controle contínuo. Destaca-se nessa conjuntura a gradual crise dos espaços fechados, confinantes e permanentes. Concomitante a isso, vê-se a difusão dos mecanismos de controle ao ar livre, que monitoram e modulam continuamente e interminavelmente as condutas ao longo do tempo, combinando, cada vez mais, fluidez a processos rígidos. Na sociedade de controle contínuo, entra em cena o cidadão polícia, monitor, controlador dele mesmo e dos pares, participativo e empreendedor de si. Está em cena a produção inteligente dos corpos e a produção de capital humano: fazer investir em si mesmo para que cada um, conformado à sua condição, renda mais se integrando ao mercado. Assim, educa-se, escolariza-se, capacita-se, abre-se mão do lazer, trabalha-se, consome-se, endivida-se, atua-se comunitariamente, busca-se por si mesmo, e integra-se às tecnologias e rede informacional de forma produtiva, voluntária, consumista e consumista de investimento, tudo isso envolto na lógica neoliberal de competição, meritocracia e responsabilização individual (PASSETTI, 2011).

Na sociedade de controle contínuo, excluir não é visto como a palavra de ordem que era outrora: o capital humano e as possibilidades da energia inteligente sinalizam que é preciso incluir, cada qual de forma própria e distinta, de prisioneiros a loucos, passando por jovens, pobres e flagelados. É concebível incluir a todos, desde que servindo aos propósitos neoliberais, ou seja, conformados a seus ambientes e situações, modulando suas condutas, com dispositivos eletrônicos, com os olhos policialescos, com os dispositivos e políticas de segurança e monitoramento. Mesmo o aparato punitivo e a prisão, no contemporâneo, modificam seu modo de operar – ainda que estejam longe de se dissipar. Vale a consideração de que as mudanças dessa sociedade de controle contínuo não significam a inexistência atual de práticas disciplinares, rígidas, com esquadramento de corpos e toda a sorte de controle sobre o vivo – e talvez mesmo por isso tenha sido difícil precisar os tempos verbais quando nos referimos à prisão na modernidade disciplinar. Pois complementando os processos de controle contínuo, o molde disciplinar segue e a prisão, nos dias atuais, é um expoente de como segue.

A perspectiva de uma sociedade de controle contínuo não põe como ultrapassados os modos de funcionamento de uma sociedade disciplinar. A prisão não abandonou os moldes rígidos em favor de plenas modulações fluidas. Mas também é verdade que a rígida prisão ensaia ceder, sem contradições, algum espaço para essas práticas de modulação. Observamos isso na relativização da punição através de penas em regime semiaberto, na gestão do tempo e na jornada diária de cada preso, ou mesmo na progressão e na diminuição dos anos de reclusão. Dessa forma, dentro da própria prisão, encampando meios de investimento de si, pretende-se gerar determinado capital humano. Promove-se, assim, uma inclusão e uma ressocialização – como se já não fosse assaz social e humano – problematizáveis. Notamos constantes reformas que fazem permanecer o mesmo e velho funcionamento punitivo. E diante disso, a partir da vivência que tivemos na prisão, espantoso não era saber de uma ou outra artimanha para conseguir um fio de ouro que cortasse as barras de ferro, ou qualquer plano de fuga para fugir do cárcere; mais espantoso era por que tantos não tentavam fugir o tempo inteiro<sup>4</sup>.

### **O aparato carcerário em território capixaba**

Em 2003, no Espírito Santo, iniciou-se o primeiro mandato Paulo Hartung e, com ele, inúmeras mudanças para o estado. O cenário capixaba era o de uma administração pública falida, dominada pelos crimes de prevaricação, num coronelismo que combinava com a economia agrária decadente. Durante os dois primeiros governos, que se estenderam até 2010, levam destaque suas medidas de combate – vale destacar que sob o termo “tolerância zero” – ao crime de colarinho branco, de combate à criminalidade difusa, de uma reforma administrativa que enxuga a máquina estatal, de expansão do parque industrial e das relações econômicas capixabas. Nesse período, vê o estado sua entrada marcada no funcionamento neoliberal, um processo acompanhado pelo inchaço dos investimentos em segurança pública<sup>5</sup> e por um programa de reestruturação – leia-se ampliação – do sistema penitenciário capixaba, desencadeando uma política de encarceramento em massa e criminalização da pobreza (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Em junho de 2006, o estado do Espírito Santo, que contava com 4.329 vagas nas penitenciárias, tinha registrado 6.505 presos. Em junho de 2010, a população carcerária capixaba chegou à cifra de 11.870 pessoas, a despeito de só haver vagas no sistema carcerário para 8.928. Essa política de encarceramento em massa, no entanto, não se traduziu em um crescimento quantitativo aleatório de pessoas presas. Das 11.870

peçoas, 7.881 eram casos de crime contra o patrimônio ou eram relacionados a entorpecentes. De outra perspectiva visualiza-se que, em junho de 2006, havia 3.055 presos negros e pardos – termos da categorização oficial –, em face de 920 presos de cor branca; em dezembro de 2010, eram 7.857 presos negros e pardos diante de 2.242 presos brancos (RIBEIRO JÚNIOR, 2012). Isso nos apresenta um traço preciso de que opera discriminatoriamente o sistema penal, contando para tanto com o aval de setores da sociedade, que clamam pela violenta política de segurança empenhada pelo Estado. Nenhum desses esforços impediu que no Espírito Santo crescesse o número de homicídios por armas de fogo<sup>6</sup>. Um sobejo aumento ainda é verificado se seguirmos com o recorte étnico: de 2002 a 2010, a taxa de vítimas brancas diminuiu em 8,7%, enquanto a taxa de vítimas negras variou, crescentemente, em 61,1% (WASELFIZ, 2012).

Na altura da situação descrita, o sistema carcerário do Espírito Santo era catastrófico. Do ano de 2005 em diante, não foram poucas as denúncias de condições deploráveis, a começar pelos próprios trabalhadores: apontava-se para as péssimas condições de asseio, nutrição, saúde, violação de direitos e tortura. Mesmo com todo o impacto da repercussão negativa acerca do sistema carcerário capixaba, o governo de Paulo Hartung continuou com o aumento progressivo de encarceramentos. A fim de aumentar o número de vagas, o Estado passou a adotar a medida de “celas metálicas”, que não eram mais do que contêineres pouco modificados para depositar o crescente número de encarcerados. No ano de 2009, o Espírito Santo recebe uma nova visita do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – seu presidente, ao fim do reconhecimento de algumas instalações penitenciárias, especialmente a composta pelos contêineres, descreveu o que viu como digno de fazer inveja a qualquer campo de concentração nazista (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Com a proporção macabra da política Paulo Hartung, a maioria das masmorras capixabas passou por rebeliões e, no governo seguinte, de Renato Casagrande – que se estendeu de 2011 a 2014<sup>7</sup> –, a despeito da sabotagem, os presídios e as prisões foram construídos, reconstruídos e readaptados. Esse é o caso do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha, composto por cinco prisões inauguradas entre 2011 e 2012. No governo Casagrande é mais pungente a lógica neoliberal, o investimento em segurança – concebida como sinônimo de policiamento e prisão –, o sistema penitenciário e o encarceramento. Isso nos indica até mesmo o jornal capixaba de ampla circulação:

*[...] com a entrega completa do novo Complexo Penitenciário de Vila Velha, o Estado vai ter 12.529 vagas no sistema prisional. Este quantitativo hoje, de acordo com o secretário de justiça Ângelo Roncalli, atenderia toda demanda da população carcerária que é de 12.191 detentos. Entretanto o número não é satisfatório visto as necessidades que ainda há no interior do Estado. O secretário estima que o próximo governo vai ter que criar no mínimo mais três mil vagas para o sistema chegar num patamar ideal (A Gazeta, 2010).*

Até o fim de 2010, no segundo mandato de Paulo Hartung, o encarceramento é extremado no cenário capixaba, levando a um aparato penitenciário em que se depositavam pessoas em contêineres. Já no governo Casagrande, o encarceramento em massa seguiu com maestria, caminhando à superlotação, e, reformado, consagra o modelo neoliberal. A perspectiva é de prisões com uma instalação nova, engenhosa, rígida e monitorada eletronicamente; persevera como efeito dessa trama penitenciária um quadro de limpeza social e criminalização da pobreza; a vontade que a mídia traduz é de que ainda se precisa de mais penitenciárias, e de punir mais, e melhor. Esses são alguns dos elementos com que nos deparamos quando propusemos o trabalho em uma das unidades penitenciárias capixabas.

### **Dos trabalhos na penitenciária**

Fomos encaminhados a uma das unidades do complexo penitenciário de Xuri, com fins de acompanhar o trabalho do profissional psicólogo. Chegávamos na prisão cedo, cumprindo os procedimentos de identificação e tendo enfrentado longo caminho até lá – o lugar era como um apêndice da cidade. Era uma unidade de regime fechado que, como as similares, possuía três galerias interligadas a um centro de controle panóptico, mas de maneira que as galerias ficassem dissociadas umas das outras. Até chegar nesse espaço da prisão, passava-se por uma série de módulos independentes, com portas automáticas que permitiam o lacre desses espaços sem que se comunicassem um com outro. Cada um desses módulos era vigiado por câmeras – o olho panóptico que tudo vê confluía com as tecnologias de monitoramento eletrônico, dispersos pela unidade. A porta de entrada e a porta de saída eram uma só, e antes das galerias havia lavanderia, cozinha, salas de atendimento de psicólogos, de assistentes sociais, oficinas de trabalho, escola, biblioteca, e um espaço com consultórios médicos e enfermarias. Toda essa distribuição espacial recortada por uma linha amarela que risca o chão, delimitando o lugar de passagem de presos e não presos: um lado reflexo é do outro, de maneira que do lado de lá ou de cá da linha, dentro ou fora da prisão, estamos todos presos<sup>8</sup>.



Na prisão, o Estado passa a terceirizar a lavagem de uniformes, a alimentação e a saúde, e a mudança maior com que nos deparamos desde as celas metálicas foi a área de ressocialização. Essa área contava com as frentes de trabalho, escola, espaços e funcionamento de cursos de capacitação, ainda que esses recursos tivessem pouco alcance à população carcerária, obedecendo a determinados critérios de seletividade. Desde o primeiro dia na prisão, apresentavam-nos essa área de ressocialização com louvor, como se ali estivesse a chance de uma redenção aos detentos, se eles assim o quisessem. Diante disso, nos perguntávamos se a prisão já não era assaz humana e suficientemente social. Pois nessa unidade penitenciária costurava-se roupa; costurava-se rede e bola de futebol; havia a utilização de uma mão de obra pouco remunerada que ganhava por produtividade; havia uma escola com salas de aula e uma biblioteca; formavam-se técnicos (assistente administrativo e almoxarife) e, em outras unidades, eram também providos cursos como o de soldador.

Eram diversas as frentes de trabalho: um placar sobre os presidiários marcava o número de bolas feitas, e a tesoura e a agulha eram motivos de tensão na sala de costura. Os cursos terminavam com diplomas atestando a capacidade em determinada tarefa. A inclusão prometida pela prisão retoma a terapêutica pelo labor e encampa o ditame da constante capacitação. Mas é uma inclusão que esbarra, a todo momento, em seus limites, pelo peso da marca de ex-presidiário e pelo próprio propósito da ressocialização. Dantes, a prisão moderna punia pela via da exclusão, cultivando o anormal, gestando o crime e servindo como um depósito de infames; ou, ainda, adestrando o criminoso em um corpo obediente, dócil e submisso. A estratégia para tal eram práticas disciplinares, e o trabalho cumpria duas formas: ser um exercício disciplinar e ser uma maneira de a prisão produzir mercadorias. O que o neoliberalismo coloca em operação, sem retirar da jogada a exclusão e a rigidez, é a prisão como uma forma de também gerar capital humano, primando pela ressocialização. De escolas ao labor, visa possibilitar aos detentos, sem garantias, se investirem da maneira precária que lhes é dispensada.

Toma espaço um modo de funcionamento pedagógico que ultrapassa – e não dispensa – as disciplinas, a gestão do anormal, a exclusão, o trabalho como terapêutica ou os presidiários como força produtiva de mercadorias. Lança-se mão das profissionalizações para formar pessoas regeneradas, e de outras estratégias para presos se aprimorarem ao mercado dos subempregos. Um pouco distante dos contêineres,

formam-se aí possíveis trabalhadores de reserva, ex-presidiários prontos a assumir postos precários de trabalho, já que são desautorizados a exigir muito. Mas constantemente os enunciados institucionais que emergiram durante nosso trabalho lembravam que eles deveriam honrar a benevolência da prisão, fazendo bom proveito das ofertas de ressocialização e capacitação. Foi assim que notamos um dos presidiários ter questionado, indagando “o que é necessário?”, quando lhe disseram que é com o mínimo necessário que ele tem que se contentar, ao ser alvo de uma política de ressocialização. Ocorre que os presidiários e ex-presidiários são incluídos no paupérrimo consumo, regulando os sistemas mais baixos do trabalho: “[...] o aparato carcerário ajuda a “fluidificar” o setor de empregos mal remunerados e reduz de maneira artificial a taxa de desemprego, subtraindo à força milhões de indivíduos desqualificados da força de trabalho” (WACQUANT, 2008).

Na prisão, se notamos que há a tendência de uma privatização dos serviços de saúde, lavanderia e alimentação, isso não sustenta a ideia de uma indústria do cárcere em níveis monetários. Há, sim, uma grande movimentação financeira, produção, consumo e venda de serviços, mas o aparato carcerário é altamente dispendioso. Mais que exclusivamente dinheiro, se dizemos persistentemente de um mercado, tratamos da produção, distribuição e consumo de modos de vida. A prisão se engrena a uma economia política de modos de vida, a uma política de subjetivação em afinação com vetores capitalísticos. Percebemos que depende da prisão uma certa criação de mercado, de culpa, de um subalterno capital humano; criação de inclusão pela via do trabalho *lumpen* e de mão de obra pouco qualificada. Percebemos que depende da prisão a produção de dicotomias morais – entre os cidadãos de bem e os maus – e, não obstante, percebemos que depende da prisão a manutenção das condutas eleitas como criminosas. Dessa forma, a prisão não pode ser concebida isoladamente em seus muros. Sua trama institucional engendra modos de vida e se dissipa na sociedade. Não só ao castigo doméstico, mas também numa parceria com a assistência social, formando um continuum carcerário-assistencial. A prisão controla, vigia e sujeita, “[...] e, se necessário, reprime e neutraliza as populações refratárias à nova ordem econômica que segue uma divisão do trabalho por sexo, com o seu componente penal voltando-se sobretudo aos homens e o componente assistencial exercendo sua tutela sobre as mulheres e crianças desses mesmos homens” (WACQUANT, 2008).

Na unidade que vivenciamos, o controle disperso em câmeras era condição para a jornada diária na unidade, monitorando continuamente a nós, estudantes, aos

detentos e funcionários. E a privação dos encarcerados era também modulada de outra maneira: por presos que contribuía para o funcionamento da prisão, em limpeza e administração. Foi curioso atentar aos internos que gerem e servem, vinculados a seu espaço de encarceramento, numa maneira de escapar à restrição total do cárcere, participando ou se aliando ao funcionamento da instituição. São esses próprios presos, beneficiados com o uniforme que lhes garante “livre circulação” e, em certa medida, os internos das unidades semiabertas de outras unidades do complexo, que participam do administrativo, fazendo entregas, organizando salas, dando suporte técnico, repassando informações, distribuindo materiais aos seus pares, limpando a unidade, coletando o lixo e o levando para fora. Numa das manhãs em que lá estávamos, um senhor do regime semiaberto lavava os carros no pátio dos funcionários da prisão, e se dizia, de forma orgulhosa, como cumpria a tarefa com vontade, contente pelo favor que fazia.

Com a efetivação de nosso trabalho, não custou mais que dois encontros com os presidiários para notarmos o impacto da participação nos espaços de ressocialização e a inclusão no funcionamento da prisão. A progressão da pena significava ascender do regime fechado ao semiaberto, até que se liquidasse com os anos a que se fora sentenciado, e as ocupações pareciam cumprir papel importante – no mínimo garantindo outra forma de passagem dos anos. Acontece que o alcance da progressão e a conquista para um posto de trabalho era consequência de mérito, conforme as prerrogativas da instituição e o aval de profissionais, como o psicólogo. Em virtude disso, a progressão de regime era efetiva se aquele que estava preso seguisse os procedimentos, não cometendo nenhuma infração e delatando infratores, compactuando com as diretrizes, não fazendo denúncias sobre a instituição e não contestando ordens. A pretensão por ser classificado como tendo uma conduta impecável implicava até mesmo em não se solidarizar com o protesto de um companheiro de cela por um atendimento médico. Por outro lado, quem tentava manter essa conduta impecável, que na maioria dos casos era fazer parte da gestão da prisão, acabava por ser identificado pelos demais presos como traidor. Uma artimanha complexa, competitiva e azeitada pela meritocracia, que traz uma efetiva tecnologia de controle: a medida da pena individualizada empreendida pela prisão e as contingências da progressão da pena, promovendo desarticulações e rivalidades, rompia com a formação de qualquer insurgência coletiva.

Não só por estarmos naquele lugar, intervindo já com nossa presença, mas especialmente pelos grupos de discussão que promovemos, pudemos ter essa

perspectiva. Os grupos aconteciam no espaço desocupado da lavanderia, com cerca de quinze a vinte presidiários, e acompanhados de mais um, ou dois, ou três agentes penitenciários. Era uma iniciativa do profissional psicólogo da unidade e coube a nós mesmos, a partir de determinado momento, conduzir os dez encontros de que participamos. Partíamos de um dispositivo, já empregado pela equipe que fazia antes esse trabalho, que requisitava aos participantes escreverem sobre seus pais e avós, reencontrando neles suas identidades ou diferenças. Diante disso, um risco era tomarmos aquele instrumento como o disparador de uma série na qual se justificariam as existências pela hereditariedade. E, assim, seria coroado o discurso da culpa e da penalidade individualizada como redentora de suas vidas – um caminho que nos pareceu cada vez mais disseminado, na medida em que percebemos uma grande receptividade ao discurso religioso e seus mensageiros na prisão.

Tentando driblar essa dimensão, a aposta de nosso trabalho foi a de construir um território de movimento e questionamento: um exercício de pensamento que, sobre o que fosse, não se lançasse a prescrições inabaláveis. Na medida em que era possível em função da efemeridade dos grupos, buscávamos pistas de alguns processos, de algumas forças que atravessavam os modos de vida ali presentes – inclusive nossas idiossincrasias como universitários e graduandos de psicologia. Essas pistas eram buscadas num esforço de entender um pouco mais acerca dessas forças que nos produzem, não as deixando passar de maneira absolutamente desapercibida e desconhecadora. Consideramos que as políticas de subjetivação dizem respeito a um processo de produção histórico que nos forja, no qual modos de vida se formam, se deformam, se transformam e se desmancham. Esse processo tende à sua efetuação, embora dois extremos possam ser pontuados: um de rigidez, em que se tem a parada do processo; outro de fluidez absoluta, em que é conduzido ao infinito (DELEUZE E GUATTARI, 2010). Das formas subjetivas em cena na prisão, dos modos de vida na lavanderia desocupada, ensaiava-se qualquer filigrana de tomar posse desse processo. Isso, atentando para não o deixar correr naturalizado, fixo e fadado como destino, ou não o distendendo ao infinito – que seria o mesmo que paralisar sua criatividade. Imediatamente, para tal, a tarefa era de indagar a si próprio, tanto quanto indagar a prisão, a experiência do cárcere, a trama histórica, a cidade, os trabalhos, as vontades e limitações.

Foi preciso, desde o início, afinarmos entre nós, que propúnhamos a intervenção, o intuito de sustentar um lugar de não detentores de saber, lugar que a

própria instituição insistia em nos delegar. Nos primeiros encontros, as cadeiras da sala eram dispostas como se fôssemos falar a uma pequena plateia, e indagavam se nós seríamos os palestrantes. A mudança da disposição das cadeiras para uma roda foi acompanhada de um empenho para mostrar que não nos dispúnhamos a aconselhamentos e respostas pré-formulados. Não se tratava de forçar uma posição de igualdade – afinal, só o fato de uns naquela sala estarem encarcerados e outros livres para partir ao fim da manhã já impedia equiparar posições. Tapouco se equiparavam as posições porque tínhamos um propósito e algumas referências para tal. Mas nem por existirem essas distinções aqueles que ali se reuniam tomavam suas experiências ensimesmadas, fechadas e privativas, de maneira que não se impedia um modo de vida estar em intercessão com outro.

Essa intercessão de modos de vida distintos, que sobrevinha com a discussão do processo político que nos forja, tornou-se possível a partir da estratégia encontrada para o momento: escutar. E eis o propósito eminentemente clínico de nossa intervenção. A escuta de que participamos, distante da passividade de ouvir, suscitava fazer contato com as lembranças e histórias faladas; também entender reivindicações e sofrimentos, e fazer atravessar desestabilizadores (PASSOS e BARROS, 2000). Desestabilizadores que iam de nossa presença aos equívocos das falas, disparadas pelo exercício de escrita sobre a família. Nesse sentido, no início de cada grupo, eram feitos os registros sobre os familiares, e desde aí escutávamos, acolhendo e devolvendo questões, o que fazia derivar dos vínculos familiares aos assuntos mais diversos. Fundamental para isso era chamar aquelas pessoas, que se conhecia como números, pelo nome próprio. Na primeira vez que fizemos isso, o olhar do senhor ao qual nos remetemos parou de mirar o chão e fitou nossos olhos. Não se tratava apenas do nome, mas de que estávamos dispostos a fazer contato e levar em consideração sem minorar aqueles modos de vida; estávamos juntos com aquelas falas, dispostos a ouvir existências diferentes da nossa e pôr em jogo a nossa presença.

De um grupo a outro, havia uma determinada permanência de temas que destacamos, até mesmo para a análise dos trabalhos – afinal, a própria circunstância da prisão era favorável à criação de permanências. De início, os presidiários empenhavam falas de arrependimento, como se tudo na vida até ali tivesse sido um grande erro e requisitasse um descarte da história acumulada. Junto disso, constantemente manifestavam como a prisão proporcionava uma remissão de suas condutas, sendo já a

maioria dos presentes reincidente. Se o arrependimento se confirmava ou não, essa não é uma questão que consideramos relevante. Mas é certo que esse tipo de enunciado comparecia, e tanto quanto comparecia, surgiam elementos que equivocavam tais falas – e o trabalho interventivo que exercemos mostrou-se muito efetivo quando perseguidos esses contraditos, que traziam equívocos e atravessavam desestabilizadores. Desconsiderar uma história de vida, relegando-a a um erro, pareceu-nos uma redução diante dos contraditos. Apontamos que envolvê-la em culpa, buscando dela assim esquecer, só faria carregar essa história como um fardo, e não um efetivo esquecimento. Propúnhamo-nos a ouvir e convocávamos os participantes a falar como chegaram até a prisão, quais circunstâncias encontraram na vida, como fazer contato com esse percurso que descambou nos acontecimentos do tráfico, do furto, do roubo ou do assassinato. Distante de nada querer saber, era importante dar-se conta do processo que se efetivava, para dele não ficar à mercê, e, assim, exercitar alguma atividade, sendo a história de vida um motor para mudança.

Facilmente as falas descambavam de um extremo, em que o culpado era individualmente cada presidiário, para outro extremo, em que os percursos de cada um eram efeitos da determinação social. Dessas determinantes, destacou-se a naturalização da desigualdade social, a escolha inevitável de trabalhar no tráfico de drogas perto de onde se morava, e o cenário capitalístico povoado pela volúpia, pelo imperativo de ter armas, mulheres, bens, dinheiro, autoridade e prestígio. Tudo isso vinha combinado à falta de recurso – ou melhor, combinado a outras vias, tal qual o tráfico, como recurso possível. Na dimensão clínica que coube à intervenção, uma questão era direcionamento: como não se render aos determinismos, quer seja encontrando em cada sujeito sua autonomia e escolha deliberada pelo crime, quer seja percebendo-o como produto do meio? Como comparecer aí, nesse limiar, que exige um esforço de pensamento sobre si mesmo, sobre família, comunidade, economia e arranjos dinâmicos da trama social? A tarefa era eminentemente política, e tratávamos dos assuntos buscando pistas para se elaborar uma vida indissociavelmente das circunstâncias que nos produzem e que ajudamos a produzir.

A experiência de privação de liberdade, o cotidiano da prisão, comparecia em todos os grupos, mostrando as marcas e os impactos. Como o assunto disparador era sobre família, os efeitos do cárcere nas relações familiares eram os primeiros a emergir. Alguns contavam que quando retornavam a suas casas estranhavam a comida caseira, e desabituavam a fechar a porta do banheiro. Numa ocasião fomos interpelados por um

dos presidiários, perguntando qual o sentido de tratar da família, já que ele pertencia ao Estado. Outros contavam que, quando presos, as famílias tinham que se adequar aos novos regimes de tempo e espaço restritos das visitas, incorrendo no rompimento de vínculos – uma contradição da própria instituição, se levarmos em conta que apregoa uma ressocialização ao mesmo tempo que promove tal rompimento. Sobre isso indagou o participante de um grupo, dizendo que o humano exigia contato corpo a corpo, e que o parlatório, com a divisão de vidro entre o preso e sua visita, não contemplava esse contato. Narravam, ainda, os esforços em se adequarem como presidiários àquele funcionamento, empenhando-se na cela para, junto dos pares, não sucumbir ao tédio – até aranha de estimação era criada. E por isso, nos grupos que realizamos, firmava-se como é importante construir pontos de apoio, na ocupação do tempo, na aproximação de alguém que lhe renda visitas, mesmo que restritas. Era comum pessoas de outras localidades, do estado ou de fora do Espírito Santo, encaminhar-se ao psicólogo pedindo transferência a uma penitenciária mais próxima de alguém a quem se vinculavam.

Além disso, como desestabilizadores, os equívocos e as contradições levavam a questionar o que faz funcionar a prisão e aquele projeto de ressocialização empregado. Certo dia, no pátio externo da unidade, os agentes penitenciários acolheram um cachorro que tinha ficado a noite toda amarrado a uma corda. Quando passávamos pelo lugar, um carcereiro se compadeceu do cão, lamentando e indignado com o fato de ter pernoitado preso. Enquanto a equipe se compadecia, o enunciado, naquela circunstância, soava discrepante: não só pela humanização do animal, mas pela animaliação dos que estavam presos. Nos grupos, atentando-se aos aspectos contraditórios, havia um tom de escárnio quando se pesava a costura de bolas e redes, ou a capacitação aos subempregos, e os serviços de repassar certa quantidade de narcóticos, que lhes renderiam quantias maiores que os salários dos funcionários da penitenciária. Também colocava-se como o mercado, por mais inclusivo que aparente ser, contribui para um retorno ao tráfico. Era atestada por inúmeros a dificuldade de ser um ex presidiário, como, por exemplo, as funções financeiras lhes eram vedadas, e como policiais militares se dedicavam a rasgar-lhes os documentos.

Confirmava-se o crime mover uma economia política e mesmo ter a funcionalidade de ser o espelho do indevido. E isso não poderia ser um simples imprevisto e efeito colateral, um mero desvio, já que a própria sociedade que pune o

crime incita suas finalidades voluptuosas e viabiliza os meios de se incriminar. Isso nos reportava, durante a intervenção, a uma problemática anterior: sequer põe-se em questão o parâmetro pelo qual se elege um ato como criminoso ou não. Sobre isso, nos grupos, diziam os presidiários, dirigindo-nos a fala, que todos ali queriam ter um carro, um apartamento e dinheiro, mas lembravam-nos que poucos entre nós estavam em um curso superior, ou disporiam de, ou, ainda, não estavam dispostos a, vias legais para tanto. Em diferentes oportunidades, fazia-se retornar o tema de um mandato de volúpia, que era tomado como dogma, difícil de ser desestabilizado em todos ali reunidos. Sustentando esse imperativo, percebemos uma leva de prescrições morais, dentre as quais: a predominância masculina no tráfico, as figuras de masculinidade associadas à capacidade de consumo, o regime de tempo acelerado e os crimes que eram considerados tabus.

Perseguindo os equívocos dos contraditos, prezando pelos desestabilizadores, permanecia pelos grupos de que participamos a pergunta: das vidas que se engendram, o que se desautomatiza? Em alguns momentos, trabalhar uma perspectiva de futuro operou como estratégia para romper com um regime de tempo marcado pelo imediatismo. Diante disso, emergiam eventuais falas de retorno ao tráfico, que até poderiam ser justificadas – o que não impedia o questionamento – pela produção capitalística de uma ostentação. Mas o que nos intrigou foram as manifestações de habituação ao retorno ao cárcere, as falas relativamente conformadas a voltar à punição e à privação de liberdade. Foi aí que notamos, com a intervenção, a proposta de um exercício de pensamento que não carece de titulação alguma, mas que carece de esforço, e que a prisão não se permite. O que pareceu-nos querer a prisão são assujeitados, no máximo culpados; e outra parcela, não partidária do subemprego, que permaneça na economia e na política do crime.

### **O macaco e os galhos secos, ou o lugar das práticas “psi” na prisão**

Era já a finalização de um grupo, e um dos detentos falava que se sentia como um macaco que agarrava um galho e de repente esse galho, seco, quebrava, e em seguida outra vez, e outra vez. Pois no movimento, como um desses galhos secos que não serviam de apoio, esse senhor colocava a psicologia e os psicólogos na prisão. Mas não só: também as comissões, os direitos humanos e as inspeções. Sem o compromisso de concordar ou não com essa fala, nos é convocado, a partir dessa imagem inquietante, ainda hoje, a indagar sobre o lugar do psicólogo na prisão. E não seria precipitado,



desde já, afirmar que há um mandato esperado nessa trama institucional: manter o funcionamento punitivo; gerar o capital humano da prisão, quem trabalha ou estuda; exercitar a terapêutica da culpa; incutir em cada um, se o projeto de ressocialização de que participa tiver sucesso, um carcereiro de condutas; e, investigativamente, produzir os indícios a serem colocados nos exames criminológicos.

Há um afinamento entre funcionamentos do campo psicológico, ou de determinadas psicologias, e a lógica penitenciária: a prisão, como dito, é a expressão máxima do castigo na cultura capitalística, que se baseia no esquema da punição e recompensa. Repetidamente falamos em punição, e temos sinalizado o que por isso entendemos: a punição faz funcionar um esquema de equivalente moral a uma conduta criminalizada – é isso que está operando, seja no suplício, na educação das crianças pelo castigo, no sistema penal moderno, ou no cristianismo. Inclusive, esse parece ser um nó não só entre certas psicologias e a punição cotidiana ou penal, mas também uma pista de como as religiões e a confissão estavam presentes naquela prisão, disseminando seu discurso redentor e culposos, promovendo conversões e formando devotos.

Pois os efeitos das práticas “psi” podem ser vários, cumprindo o mandato que destacamos ou proporcionando outras possibilidades. Assim, podem as psicologias ocupar o espaço do carrasco, com o discurso de quem corta as cabeças por força maior de poder. Podem ser como o pastor, que exige a confissão, depois diz o caminho direito, e, incutida a culpa, profecia como viver uma vida de bem. Também podem ser percebidas como o sádico que institui e mesmo consegue falar de suas práticas de violência. Mas a psicologia parece-nos, não obstante, profícua, na medida em que funciona promovendo a ocupação dos espaços pouco diversos na prisão, auxiliando na garantia de alguns direitos, sinalizando as precariedades e violências institucionais. E ainda o que consideramos a força maior de algumas psicologias: promover uma escuta e fazer atravessar desestabilizadores.

A cada dia que lá estávamos, percebemos que o presidiário falar é um perigo: as menores demandas eram uma ameaça àquele lugar. Constantemente, nas brechas encontradas, entre um andar cabisbaixo e outro, entrando ou saindo da sala, era pedida uma informação, uma vaga de trabalho, uma televisão na galeria, uma queixa de agressão era feita, um encaminhamento médico ou uma mudança de unidade eram solicitados. A surdez institucional, ignorando, ou ouvindo e desfazendo dessas falas, garantia que aquelas vozes não eram efetivas. No entanto, as práticas “psi” são potentes

em se empenhar nisso, garantindo a essas vozes não se emudecerem, considerando esses pedidos e trabalhando essas falas. Um trabalho, talvez, na direção de dar-se conta do processo de produção dos modos de vida, e inventando-se outras formas de viver. O fato de não tratar essas vozes com descaso já é uma chance de posicionar como sujeitos, na trama institucional, aqueles que cumprem a pena.

De certa maneira, foi o que tentamos, e os ganhos de nossa intervenção, a cada fim de manhã de trabalho, pareciam ultrapassar as dicotomias e estabelecer um território de franqueza. Desconhecemos o rumo preciso da intervenção: não havia pretensão de conversões a um ou outro modelo de existir. Os efeitos certamente foram sutis e sequer reencontramos a maioria dos envolvidos. Mas havia algo de alegre naquele trabalho com os presidiários. No término de um desses encontros, com os detentos já em fila para retorno à galeria e nós recolhendo alguns pedidos a serem repassados à equipe, demo-nos conta de que a porta da lavanderia estava lacrada. Ficamos presos, os quatro estudantes, junto de quinze presidiários, sem qualquer agente. Mas isso não importava: os riscos eram postos, e não tomavam a cena. Até que alguém, perguntando se não temíamos, nos lembrou que poderia haver medo – já era passado o tempo e chegava o momento da despedida.

Nessa intervenção, o prazo de 10 encontros para o fim e o vínculo com a Universidade foram imprescindíveis. Esse dois fatores nos faziam, em nossa avaliação, manter certa desvinculação ante a prisão e o aparato penitenciário. Foi essa distância, a de quem vinha de distinto lugar, sem alguns compromissos burocráticos – como a feitura de relatos sobre as discussões –, que ajudou com o estranhamento necessário daquilo tudo que se passa pela prisão. Ademais, com os grupos tomando maior proporção, fomos inclinados a pensar os desafios dessas atividades se tendessem a uma permanência – daqui emanou a indagação sobre o lugar das práticas “psi” na prisão. Pois os grupos não tinham uma continuidade e o exercício de pensamento sobre si beirava, constantemente, cair num exame de consciência. Esse foi um ponto que exigia fundamentarmos um afastamento com relação à religião, amplamente difundida na prisão. E não só ante a religião, sendo o caminho do exame de consciência um caminho pelo qual, comumente, enveredam certas formas de psicologia.

No rumo desse afastamento, era impertinente um saber interiorizado, que conseguiria entrar na prisão e operar com um plano subjetivo sem colocar em xeque o funcionamento da própria instituição. Diante disso, consideramos alguns limites e desafios constantes dessa intervenção. Até que ponto falaríamos – todos os participantes

– sobre a prisão e o crime, com agentes penitenciários acompanhando o grupo? Como operar uma escuta que não se mostre apaziguadora das inquietações nem incorra na culpabilização? Como fazer um espaço de questionamento e construção de si, sem garantias ou prescrições, num ambiente de segurança que visa impedir riscos e promover previsibilidades? Perguntas que permanecem abertas não só na especificidade desse trabalho, não só necessárias às práticas “psi”, mas também aos que não se querem carcereiros, empenhando-se em abolir a lógica punitiva das formas de vida que nós mesmos efetuamos. Um desafio, especialmente tratando-se dessa circunstância prisional, em que todos os serviços são secundários aos objetivos de segurança.

Levado a cabo nosso propósito, desde a aposta mais genérica na escuta daqueles que falam como sujeitos que passam pela experiência do cárcere, era incombinável punição e prisão. Inevitavelmente, no andamento dos grupos, deparávamos com o muro do funcionamento total dessa instituição – e o exercício de não recorrer a muletas, aprimorar condutas ou culpar foi constante. Findas as idas à prisão naquele ano, a intervenção segue em nós mesmos e se propaga nas relações com os outros corpos com que fazemos contato: permanece como desafio constante o exercício de driblar os efeitos do cárcere e da punição que emerge em cada um de nós – que não são exclusivos de quem vivenciou essa experiência. Desafio esse que se estende às práticas “psi”. Na impossibilidade de sabotar a prisão, os efeitos colhidos no trabalho que efetivamos eram tão menores quanto importantes. É que o contato do vivo tem algo que marca, e que é potente para os sensíveis o bastante: no mínimo, o estranhamento de si ao se encontrar com um outro modo de vida, que pode transformar as formas de existência. Estamos todos presos? Que mais podemos para um tempo em que a prisão e a punição são cada vez mais difundidos e pedidos no cotidiano?

## **Referências**

- A GAZETA. Complexo penitenciário de Xuri vai desafogar delegacias e CDPs. 31 de ago. de 2010. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/08/664666-complexo+penitenciario+de+xuri+vai+desafogar+delegacias+e+cdps.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/08/664666-complexo+penitenciario+de+xuri+vai+desafogar+delegacias+e+cdps.html)>. Acessado em: jul. de 2015.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nicolai Leskov. Em: *Textos Escolhidos*. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril cultural, 1980.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2010.

- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Em: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ESPÍRITO SANTO. Balanço Geral, 2003. Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/balancogeral.php>>. Acessado em: mar de 2016.
- ESPÍRITO SANTO. Balanço Geral, 2006. Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/balancogeral.php>>. Acessado em: mar de 2016.
- ESPÍRITO SANTO. Balanço Geral, 2007. Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/balancogeral.php>>. Acessado em: mar de 2016.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. Em: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2001.
- NU-SOL. “Verbetes: Estamos todos presos”. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=58>>. Acessado em: abr de 2016.
- PASSETTI, Edson. Governamentalidade e violências. *Currículo sem Fronteiras*, vol. 11, nº.1, pp.42-53, Jan/Jun 2011.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, vol. 16, nº. 1, p. 71-79, 2000.
- PORTAL TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.transparencia.es.gov.br/menu\\_despesas/despesas\\_por\\_funcao.asp](http://www.transparencia.es.gov.br/menu_despesas/despesas_por_funcao.asp)>. Acessado em: mar de 2016.
- RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. *Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010)*. Vitória: Causa, 2012.
- WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos estudos*, CEBRAP, 80, 2008, p. 09-19. 2008.
- WASELFIZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil. 2012. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_cor.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf)>. Acessado em: mar de 2016.
- WASELFIZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2013: mortes matadas por armas de fogo. 2013. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acessado em: mar de 2016.

Fabrcio Martins Pinto

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).  
E-mail: [fabricao.martinspinto@gmail.com](mailto:fabricao.martinspinto@gmail.com)

Isis Hoffmann Prates  
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Maria Elizabeth Barros de Barros  
Professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Ramon Pinto Valim  
Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Tuhany de Oliveira Sabino  
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

---

<sup>1</sup> Acerca dessas indagações, sobre os intentos da proposta de intervenção e nosso lugar na instituição, tomamos a entrevista entre Deleuze e Foucault, intitulada “Os intelectuais e o poder” (FOUCAULT e DELEUZE, 1979).

<sup>2</sup> A sociedade disciplinar, referente a esse recorte da modernidade, empenha um poder que incide sobre o vivo, o biopoder. Uma tecnologia dupla que se desdobra nas disciplinas – que incidem ortopédicas e esquadrihando o corpo – e na biopolítica – que dedica-se ao controle das populações e do corpo espécie humana (FOUCAULT, 2001).

<sup>3</sup> Chamamos de fracasso funcional o descompasso entre o enunciado manifesto do presídio, sua proposta de diminuir as condutas criminosas, e os insucessos reiterados nisso que promete. Por tal motivo, não se trata de uma falta de competência ou mau funcionamento do presídio, mas antes de sua própria funcionalidade em gestar modos de vida e a criminalidade.

<sup>4</sup> “Como diz Reich, o que surpreende não é que uns roubem e outros façam greve, mas que os famintos não roubem sempre e que os explorados não façam greve sempre [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2010: 47).

<sup>5</sup> De 2003 a 2006, os investimentos em segurança oscilaram em torno de 422.317.829,79 e 472.818.285,82 reais. Entre os anos de 2007 e 2010, oscilaram entre 690.022.985 e 1.044.627.945,90. Em 2006, o investimento em saúde e educação era quase o dobro do investimento em segurança, ao passo que ao fim do segundo mandato por pouco não se equipararam (ESPÍRITO SANTO, 2003; ESPÍRITO SANTO, 2006; ESPÍRITO SANTO, 2007; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO).

<sup>6</sup> No ano de 2003, foram 1.213 mortes. Em 2009, 1.574, e no ano de 2010, 1.385 mortes (WASELFI, 2013).

<sup>7</sup> Em 2015, retorna Paulo Hartung para um terceiro mandato como governador do Espírito Santo.

<sup>8</sup> “Estamos todos presos. De ambos os lados dos muros a mesma sociedade. Uma se acha boa; a outra é vista como má. A normal encarcera no seu espelho o que lhe é insuportável. Ela diz que lá dentro eles serão educados para voltarem integrados ao lado de fora [...]” (NU-SOL).